

Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados

New analytical prospects in research on environment: The theory of Social Representations and the qualitative technique of data triangulation

Dilmara Veríssimo de Souza

Mestre em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; técnica da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP.
E-mail: dvsouza@hotmail.com

Fabiola Zioni

Professora Doutora do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
E-mail: fabiolaz@usp.br

Resumo

Diante da complexidade e fragmentação crescentes da realidade, tem-se buscado elaborar estratégias metodológicas que possibilitem uma compreensão mais abrangente dos fenômenos estudados.

Este artigo alia ao referencial teórico das Representações Sociais a técnica da triangulação de dados na tentativa de identificar quais são os significados que as populações instaladas em áreas de mananciais atribuem às águas e ao meio ambiente e de que forma apropriam-se dos recursos naturais locais.

Palavras chaves: Representação Social, Triangulação de dados, Método qualitativo.

Abstract

Facing the increasing reality complexity and fragmentation, it has been acquired an elaboration on methodological strategies which enable to embrace a wider comprehension of the studied phenomenon.

This article connects to Social Representation theoretical referential a technic of data triangulation, in attempt to identify the significance attributed by the population, installed in fountainhead areas, to waters and environment, and in which way the local natural resources are appropriated.

Key words: Social Representation, Data Triangulation, Qualitative Methods

Esse artigo tem como objetivo apresentar a metodologia empregada no estudo da relação e percepção de grupos de moradores de um município próximo de São Paulo, sobre os recursos hídricos, assim como os resultados obtidos. A perspectiva adotada, de caráter qualitativo, não busca a generalização dos resultados, mas tem como preocupação a compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação.

Partilha-se do pressuposto de Minayo (1992) de que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, este tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa, como todo método, só poderia alcançar os objetivos a que se propõe quando conjugada a uma teoria. Nos últimos anos a teoria das Representações Sociais tem se apresentado como uma forma de abordagem das questões de saneamento ambiental, na medida em que propicia, a partir do desvelamento da subjetividade de um dado grupo, a compreensão em profundidade de uma faceta da relação tão complexa homem-meio ambiente, a partir do universo de significados que aqueles sujeitos constroem na sua relação com o mundo.

Estes significados funcionam como elementos que estabelecem conexões entre os sujeitos e o mundo, o qual é, ao mesmo tempo, descoberto e construído, quer na dimensão individual quer na coletiva. (Minayo, 1992)

De acordo com Andrade, 1997, a representação que o indivíduo tem do mundo é resultado do trabalho de recriação feito a partir da sua relação com este mesmo mundo. Por sua vez o próprio sujeito é recriado pela sua representação do mundo. Assim, para analisar uma representação, é preciso levar em conta que ela sempre é referência de alguém para alguma coisa (pessoa, grupo, relação, etc.) e está inserida numa estrutura social, ou seja, assume elementos da cultura, da linguagem e das representações do grupo no qual se insere o sujeito.

Apesar de comportar grande diversidade na sua conceituação e pressupostos específicos em cada uma das áreas de estudo, é consenso dentre as várias correntes teóricas no interior das Ciências Sociais, que

as Representações Sociais - enquanto senso comum, idéias, imagens, concepções, percepções e visões de mundo que os atores sociais possuem sobre a realidade, são reconhecidas como indispensáveis para compreender a dinâmica das interações sociais e ainda para buscar determinantes das práticas sociais. Elas se manifestam em condutas e práticas que chegam a ser institucionalizadas, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. (Minayo, 1992)

Neste sentido, entende-se que a compreensão das condutas institucionalizadas e práticas de apropriação dos recursos naturais e, em particular dos hídricos, norteadas pelas representações e, portanto, pelos significados que o grupo constrói socialmente, na sua relação dialética com a realidade objetiva, propicie subsídios para a criação de Políticas Públicas e processos educativos voltados a uma gestão adequada e participativa dos mesmos, uma vez que temos constatado freqüentemente, através da mídia falada e escrita, que medidas punitivas e de controle não têm sido suficientes para garantir os objetivos aos quais se prestam.

Jodelet, citada por Spink, 1993, conceitua de forma objetiva as representações sociais como sendo modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Neste sentido, segundo aquela autora, são formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos - imagens, conceitos, categorias, teorias -, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que, em última análise, possibilita a comunicação.

De acordo com a teoria pensada originariamente por Moscovici, para se dar conta das relações informais e mais cotidianas da vida humana, em um nível mais coletivo ou social, é importante considerar tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais, como por exemplo, as instituições e as práticas em sua concretude e singularidade histórica. O que se percebe é uma via de mão dupla, não importa apenas a influência unidirecional dos contextos sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais, mas também a participação destes na construção das próprias realidades sociais. (Sá, 1993)

Jodelet afirma que o campo de estudo das representações sociais é formado por dois eixos principais: no primeiro, as representações são formas de conhecimento prático, voltadas para o cotidiano e para a comunicação; no segundo, são elaborações de sujeitos sociais sobre objetos socialmente valorizados. O primeiro eixo nos remete ao senso comum, que forma uma teia de significados capaz de criar a realidade social. Esta capacidade criativa confere às representações sociais a dupla face de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes. O segundo eixo nos lembra que as representações são interpretações da realidade, portanto uma construção social, fruto da realidade intra-individual; a relação com o real nunca é direta; é sempre mediada por categorias histórica e subjetivamente constituídas. (Spink, 1993)

Desenho da pesquisa

A realização de uma pesquisa deste tipo compreende a articulação de várias técnicas como a observação - participante ou sistemática - entrevistas, grupais ou individuais, assim como o levantamento de dados secundários de caráter quantitativo (indicadores de saúde, econômicos, de saneamento básico, etc.) e pesquisa bibliográfica sobre o tema estudado.

Parte-se do pressuposto de que a análise das falas, ao lado de uma observação sistemática acerca dos múltiplos aspectos inerentes ao cotidiano dos sujeitos e do levantamento de informações complementares, as quais dizem respeito a sua dinâmica social, sejam instrumentos que subsidiem a compreensão destes significados, uma vez que possibilitam a identificação das representações sociais, assim como dos elementos políticos, culturais e econômicos que permeiam o contexto no qual são produzidas socialmente.

Para a análise destes dados a estratégia metodológica de triangulação dos dados coletados através das fontes já referidas permite, concomitantemente, uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada dos pesquisadores no contexto de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos.

Spink apud Palos, 2000, remete a introdução do processo de análise através da triangulação de dados a Denzin na década de 70. Segundo aquela autora este desenho de procedimento metodológico procurava estabelecer bases para uma validação dos dados no

sentido clássico do termo, isto é, como busca da essência do fenômeno na relação entre o real e a teorização sobre o real.

No entanto, a estratégia de triangulação vem perdendo a conotação de estratégia de validação ou validade, através da aferição de índices, ou da expressão estatística da coerência entre diferentes recortes do objeto dentro da pesquisa, emergindo como alternativa à validação, ou seja, como aprofundamento da análise e não como caminho para chegar à verdade objetiva. (Adorno et al, 1994)

Estes mesmos autores entendem que a proposta da triangulação, atualmente, propõe a sobreposição de uma análise unidimensional, alicerçada em índices da realidade, a uma análise multidimensional, ou do contexto. A análise realizada através desses pressupostos permite o estabelecimento de inter-relação entre os fatos, as falas e as ações dos indivíduos, o que permite uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio.

Assim, o desenho metodológico deve compreender as seguintes fases:

- levantamento de dados em fontes secundárias
- trabalho de campo
- triangulação

Fontes secundárias

Essa etapa da pesquisa consiste em um levantamento bibliográfico acerca da problemática estudada, deve ser feita através da consulta a periódicos e publicações científicas consagradas na área. Normalmente esse material pode ser encontrado através de consultas a fontes de referência consagradas ou mesmo através de consulta junto a pesquisadores e técnicos reconhecidos no campo de estudo. Com esse procedimento pode-se adquirir uma apreensão mais abrangente do contexto (econômico, político e cultural) em que se insere o problema estudado. Além desse levantamento nessa fase são também investigados documentos e relatórios em que constem os indicadores procurados que permitirão um dimensionamento da questão. As principais fontes para esta primeira etapa do trabalho costumam ser, no que se refere a

- dados relativos ao uso e ocupação espacial: site da EMPLASA: <http://www.emplasa.sp.gov.br>,

- dados demográficos, de saúde, habitação e renda: Fundação SEADE: <http://www.seade.gov.br>,
- série histórica de doenças de veiculação hídrica: site do DATASUS: <http://www.datasus.gov.br>

Observação

Na busca de uma abordagem que garanta uma compreensão mais ampla do objeto de estudo, a partir da utilização de multimeios, e conforme indicado inicialmente, o segundo momento da pesquisa baseou-se na observação participante, técnica etnográfica que se realiza por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado. Como o pressuposto da abordagem etnográfica é o estudo do sujeito em seu próprio contexto, tal estratégia permite a obtenção do maior número de informações sobre o cotidiano em estudo e os indivíduos aí inseridos. (Minayo, 1992)

A observação participante pode ser considerada parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa. Sua importância é de tal ordem que alguns estudiosos a tomam não apenas como uma estratégia no conjunto da investigação, mas como um método em si mesmo, para compreensão da realidade, uma vez que suscita uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, já que, observados diretamente na própria realidade, os sujeitos transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (Minayo, 1992; Cruz Neto, 1993)

Entende-se que este instrumento favoreça, inclusive, uma melhor compreensão das contradições vividas pelos sujeitos no seu cotidiano. Contudo, acredita-se que a observação participante, como as demais técnicas utilizadas na construção do objeto de estudo, não reúna condições para a apreensão integral da realidade, isto porque induz a “explicações”, elaboradas a partir de categorias interpretativas criadas pelo pesquisador, que têm como base a valorização de determinados aspectos da dinâmica social em detrimento de outros.

Moscovici apud Palos, 2000, afirma que a observação tem um papel significativo nos estudos de Representações Sociais, pois nos liberta da quantificação e da experimentação. Nesta fase busca-se o maior número de informações possível sobre o contexto onde são produzidas as representações sociais, de forma a complementar os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica. Essa complementação permite uma

superação dos limites da observação e dos levantamentos. As informações obtidas através da observação e dos contatos desenvolvidos durante essa fase podem ser registradas através de anotações em diário de campo, gravações em fita k-7 e recursos como vídeos ou fotografias. De maneira geral, as impressões do pesquisador devem compor o diário, enquanto que as falas devem ser registradas e transcritas porque em sua compreensão e análise encontra-se um conteúdo fundamental para o conhecimento desejado pela pesquisa.

Segundo Beyaut, 1997, o homem deve ser estudado como um ser indivisível. Não existe um homem econômico, um homem social, um homem produtor de cultura. Há um só ser, que é um ser de conduta social, um ser de comportamento econômico e um ser produtor e consumidor de cultura, que se revela através de seu discurso e de sua prática social que pode ser entendida como a institucionalização das representações de um grupo. Ao lado dessas informações, imagens que o pesquisador possa fazer em campo são muito importantes porque possibilitam a visualização de detalhes relevantes que podem escapar à observação. Além disso, podem ser utilizadas como recurso para posteriores discussões com a população além de contribuírem para a reflexão, no momento da análise.

A realização desta fase permite também delimitação do campo propriamente dito. MINAYO apud CRUZ NETO 1993, descreve o campo como sendo o recorte espacial que representa uma realidade empírica a ser estudada, a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação.

Ainda segundo esta mesma autora “a pesquisa social trabalha com gente, com atores sociais em relação, com grupos específicos. Esses sujeitos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos, num processo mais amplo de construção de conhecimentos.” (Minayo, 1992 p.105)

Nesta fase também devem ser realizadas reuniões com os moradores e líderes comunitários a fim de se apresentar a proposta de trabalho ao grupo, levantar seus interesses e preocupações. As informações assim obtidas podem fornecer subsídios para o roteiro

das entrevistas, as quais buscaram contemplar, na medida do possível, as inquietações da comunidade, a fim de que este trabalho pudesse também se reverter em instrumento para auxílio no equacionamento da problemática local.

Entrevistas

Minayo, 1992, entende que ao lado da observação participante, a entrevista - tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico - é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo. Traduz-se também em fonte de dados secundários e primários, referentes “a fatos, idéias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, conduta ou comportamento presente ou futuro, razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos.” (Jahoda apud Minayo, 1992 p. 108)

Cicourel, mencionando pela mesma autora, a reconhece como sendo uma técnica privilegiada na construção do conhecimento, na medida em que propicia subsídios significativos, quer se levada em conta isoladamente, quando revela a qualidade do sujeito e dos dados específicos que dele emergem, quer se levada em conta no seu conjunto, quando cria um verdadeiro caleidoscópio que favorece a composição do “quadro” pelo pesquisador.

Blanchet et al, 1985, entendem que a entrevista permite estudos de fatos tais como ações passadas, conhecimentos sociais, além de sistemas de valores e normas, nos quais a palavra é o vetor principal. Além desses é possível também realizar outros onde a própria palavra é o elemento central, como por exemplo as análises de estruturas discursivas, de fenômenos de persuasão, de argumentação, etc.

Entretanto, este mesmo autor alerta para o fato de que, se por um lado, a entrevista como instrumento tem uma utilidade heurística indiscutível, por outro, é bastante discutível como método; isto porque não responde aos critérios mínimos que caracterizam um método científico, uma vez que nenhuma de suas variáveis são verdadeiramente controladas. Na sua opinião, durante o processo de entrevista tudo se passa como se o entrevistador fizesse o melhor uso de sua pessoa e de sua sociabilidade (artificial ou espontâ-

nea) para fazer o entrevistado falar sobre um determinado tema. Segundo ele, questões são evitadas, são feitas reformulações, complementações, sem, contudo, se estabelecer uma ordem definida e muito menos uma avaliação dos efeitos suscitados.

Com base nessas visões, acredita-se que a entrevista, assim como o levantamento de dados e a observação participante, sejam instrumentos de construção do conhecimento, que devam ser utilizados levando-se em conta as suas limitações relativamente à teorização sobre o real. Desta forma, cabe ao pesquisador buscar mecanismos que garantam a maior proximidade possível entre o conhecimento produzido e a realidade.

Entrevistas individuais

De acordo com Minayo, 1992, a entrevista que inclui questões abertas, onde o sujeito tem liberdade total para abordar o assunto sob o seu ponto de vista, permite tanto a obtenção de informações denominadas mais objetivas, como outras de caráter mais subjetivo, referentes às atitudes, opiniões e valores dos indivíduos entrevistados.

No que tange às práticas sociais, Bordieu entende que “todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe são produtos de condições objetivas idênticas. Daí a possibilidade de se exercer na análise da prática social, o efeito de universalização e de particularização, na medida em que eles se homogeneizam, distinguindo-se dos outros”. (Bordieu apud Minayo, 1992 p.111)

A seleção dos entrevistados deve ser feita a partir de critérios definidos pelo pesquisador, devidamente apresentados e justificados pelo mesmo. A identidade de cada um dos participantes deve ser mantida sob sigilo salvo se houver outro tipo de acordo. Todos esses entendimentos devem constar do termo de compromisso que o pesquisador apresenta aos entrevistados e ‘a população antes da realização do trabalho de campo.

As entrevistas devem ser gravadas em fita K-7, se o entrevistado concordar e transcritas *ipsis literis*, tal como preconiza a tradição das pesquisas etnográficas, porém, se necessário, pode haver uma adequação do discurso oral à linguagem escrita, para se garantir a inteligibilidade do depoimento. (Palos, 2000).

A análise das falas dos sujeitos é realizada atra-

vés da identificação de núcleos estruturadores recorrentes nos discursos. Busca-se, a partir destes núcleos ou temas, a explicitação do sentido contido nos conteúdos das diversas falas, de forma a permitir a compreensão das representações sociais. Já existe uma produção importante sobre as representações sociais acerca de recursos hídricos e meio ambiente, assim como as práticas sociais de apropriação destes, no contexto da dinâmica urbana. (Soares, 2000; Reigota, 1995, Palos 2000).

Alguns estudos de análise temática também se valem de operações estatísticas como a porcentagem ou a análise fatorial para determinar a regularidade dos temas emergentes das falas, como é convencional nas análises temáticas.

De acordo com Bardin, 1979, “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. (pg. 105)

O critério para o agrupamento dos temas pode ser a similaridade do seu significado. O significado destes temas, por seu turno, deve ser explicitado a partir de categorias -gerais e específicas.

Grupo focal

Segundo Cotrim, 1996, “trata-se de um tipo especial de grupo em termos do seu propósito, tamanho, composição e dinâmica. Basicamente, o grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes. Diferentemente, a essência do grupo focal consiste justamente em se apoiar na interação entre seus participantes para colher dados, a partir de tópicos que são fornecidos pelo pesquisador. Uma vez conduzido, o material obtido vai ser a transcrição de uma discussão em grupo, focada em um tópico específico (por isso grupo focal)” (p.286)

Ainda segundo esta autora, a coleta de dados através do grupo focal contrasta com aqueles colhidos em entrevistas individuais, onde as pessoas são convocadas a emitir opiniões sobre assuntos sobre os quais talvez nunca tenham pensado anteriormente. Para ela os indivíduos em geral precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias. Assim, a opção por este procedimento pode complementar e ampliar aspectos abordados, com grande frequência,

nas entrevistas individuais. Nessa fase, como forma de ampliação e aprofundamento destes temas, podem ser utilizados os registros fotográficos obtidos durante a fase da observação. As imagens podem ser projetadas e alimentar a discussão do grupo

O grupo focal deve ser composto por cerca de 7 a 15 indivíduos que compartilhem uma identidade referente ao tema estudado: moradores de um bairro, grupo etário, portadores de determinadas doenças, etc.; as discussões devem ser conduzidas pelo pesquisador e dois assistentes, um deve se encarregar do registro das falas, dos cuidados com o gravador, etc enquanto que o segundo deve se preocupar em registrar a linguagem não falada: gestos, disposição das pessoas no grupo, expressões, etc. O pesquisador que conduz a reunião deve se preocupar em garantir que todos os entrevistados participem, que alguém monopolize a conversa ou que se instaure um clima agressivo ou muito tenso.

As reuniões de grupo-foco devem ser realizadas em locais “neutros”, ou seja, se o objetivo do estudo referir-se às relações entre usuários e técnicos, à avaliação do serviço junto à população, etc, devem ser evitados prédios públicos ligados ao próprio serviço; o ideal são escolas, (se o tema não for educação) centros recreativos, etc. Seu tempo de duração não deve ultrapassar uma hora e meia, lembrando-se que na primeira reunião talvez seja necessário um tempo maior para o entrosamento do grupo, o entendimento da dinâmica e dos objetivos, etc.

O número de grupos e de encontros deve ser definido pelo pesquisador de acordo com a problemática detectada, dos objetivos da pesquisa ou de outros critérios como o tipo e número de sub-grupos identificados como pertinentes para o projeto. Devem ser realizadas tantas reuniões quanto forem as necessárias para o entendimento do tema ou tantas quantas o grupo aceitar.

Esses procedimentos metodológicos foram aplicados no estudo de dois bairros populares do município de Mairiporã.

A pesquisa, realizada entre 2000 e 2001, tinha como objetivo identificar as representações sociais em relação a recursos hídricos, justificando-se pelo fato de estes bairros estarem localizados em área crítica, do ponto de vista da prática dos mananciais.

Essa linha de pesquisa, por sua vez, vai ao encontro de um entendimento já consensual sobre a necessidade de maior participação popular no que diz respeito a políticas públicas.

A participação, porém, só é possível quando o universo dos técnicos é capaz de entender outros discursos e culturas.

Nesse sentido, os resultados obtidos demonstram a pertinência dos métodos adotados, conforme o que se segue.

Resultados

Em decorrência do padrão de desenvolvimento urbano adotado a partir do final do século XIX e da crescente concentração de indivíduos em áreas territoriais restritas, institucionalizaram-se práticas sociais de apropriação do espaço e dos recursos naturais que conduziram à degradação ambiental e ao comprometimento da disponibilidade destes recursos, com conseqüências diretas à saúde da população.

Embora as condições ambientais nas grandes cidades, em geral, não sejam salubres, a porção localizada nas franjas das metrópoles, onde a infra-estrutura urbana é deficitária, particularmente nos países em desenvolvimento, é aquela que se constitui em área mais crítica; sobretudo, porque historicamente vem acomodando contingentes populacionais crescentes, expulsos das zonas centrais, basicamente em função das desigualdades sociais e, sobretudo, do desemprego.

Particularmente nas periferias das cidades, muito mais do que em outras áreas urbanas, a população de baixo nível socioeconômico experimenta a carência sob várias formas. Esta situação se constitui, inclusive, em elemento de identificação entre aqueles sujeitos e é fruto de uma desigualdade estrutural e estruturante. Há escassez de moradia, saneamento básico, transporte, educação, lazer, saúde, trabalho, renda, consumo etc. De acordo com IANNI 1999, a vida nestes locais se desenvolve no limite dos recursos, sejam eles 'naturais' ou sociais.

Neste contexto, os processos de degradação ambiental são intrínsecos ao cotidiano destes habitantes e se desencadeiam muito mais em função de deficiências na atuação do poder público do que devido as práticas sociais de apropriação do meio.

Entretanto, os habitantes destas regiões não se

dão conta da dinâmica social, política e econômica que os incorpora e em muitas ocasiões acabam assumindo a responsabilidade pelas condições ambientais insalubres, as quais são determinadas muito mais pela conjuntura sociopolítica do que pelas suas práticas sociais e tradições culturais de interação com o meio.

Neste processo, onde passam a assumir a responsabilidade pela degradação ambiental, elaboram representações de pobreza, as quais remetem a atributos desvalorizados socialmente, tais como a falta de zelo, educação, capricho, o que resulta em uma auto-imagem bastante negativa.

Esta representação reforça o processo de exclusão social do qual são vítimas, à medida em que os segrega, afastando-os dos demais moradores, ou seja, daqueles que são zelosos, educados, civilizados...

Diante desta situação desfavorável, estes segmentos sociais elaboram estratégias de auto-inclusão adotando as práticas que são valorizadas pelo grupo considerado por eles mais civilizado. Essa estratégia, por sua vez, lhes confere um padrão diferenciado de educação, a despeito da sua condição socioeconômica, equiparando-os àqueles outros sujeitos que são asseados, zelosos e "civilizados"...

Os moradores do bairros de Vila Davi e Vila São José, do município de Mairiporã, exemplificam esta situação quando removem a cobertura vegetal original, substituindo-a por gramados e espécies exóticas, a exemplo das propriedades de alto padrão do Jardim Sandra I.

O novo visual criado por este tipo de vegetação imprime à moradia e, conseqüentemente, ao seu proprietário uma imagem que recria a representação de pobreza, à medida em que lhe infunde atributos como capricho e higiene, os quais o distingue dos demais pobres do local - os descuidados e sem asseio.

Entretanto, mesmo as residências que não adotam este padrão paisagístico nas áreas externas, evidenciam uma série de cuidados com o local no sentido de garantir a salubridade do meio.

Para isto criam soluções individuais que buscam o controle dos processos erosivos, a dispersão de resíduos sólidos e a proliferação de vetores. Afinal, para a maioria dos moradores, aquele é o lugar da realização de um projeto de vida assim como do resgate da dignidade, uma vez que foi o único espaço onde puderam concretizar o sonho da casa própria.

Diante do exposto, entende-se que conhecer as representações sociais acerca de recursos hídricos e meio ambiente dos moradores dos bairros de Vila Davi, Vila São José, Jardim Sandra I e II, bem como identificar as formas de apropriação social destes elementos é, antes de tudo, desvelar as injustiças sociais, traduzidas pela má distribuição da riqueza e a falta de acesso a direitos elementares do ser humano como a moradia, o trabalho, a educação, a saúde, dentre outros.

Desta forma, levando-se em conta que as representações sociais sejam resultado de processos cognitivos e, portanto, intra-individuais, é fundamental para a sua compreensão que não sejam desconsiderados os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que lhes são subjacentes, uma vez que os grupos humanos elaboram a sua visão de mundo a partir das suas condições objetivas de existência.

Acredita-se que a compreensão aprofundada das representações sociais construídas por estes sujeitos, assim como a identificação das suas práticas de apropriação do meio, produzam elementos que favoreçam a criação de mecanismos e estratégias, quer por parte do poder público quer pela sociedade civil, voltadas à inserção social destes atores, no âmbito do espaço urbano.

Tanto os processos de compreensão destas representações quanto de inserção destes sujeitos implicam, necessariamente, na reflexão acerca das contradições e desigualdades sociais que permeiam o seu cotidiano, quer no âmbito da esfera pública, quer na privada.

No que diz respeito aos recursos hídricos locais, basicamente o rio Juqueri, identificou-se que os mesmos se constituem em referência e elemento de identidade daquela população, integrando-se à paisagem de forma indissociável.

O fato de a maioria dos corpos d'água locais serem superficiais e não estarem canalizados propicia a sua apropriação pela população, resultando em um vínculo identitário calcado na sua re-significação permanente.

A água, pela sua característica transparência e ausência de odores, é associada à idéia de pureza. Soma-se a este significado o da geração e manutenção da vida, aspectos estes que remetem-na à esfera divina, elevando-a à categoria de elemento sagrado. Sendo contaminada, todavia, torna-se impura e neste sentido indigna de cumprir a sua determinação divina, que é a promo-

ção da vida e da saúde; passando a ser associada à morte e, portanto, rejeitada socialmente.

As representações de meio ambiente estão relacionadas predominantemente ao meio natural, que por sua vez está associado ao acesso universal à saúde, na medida em que propicia paz, lazer, alegria, tranquilidade, bom clima e ar puro a todos, de forma equânime.

Embora a população identifique várias formas de degradação ambiental e as relacione de alguma maneira com a má distribuição de renda, falta de investimentos do setor público em áreas sociais, assim como com deficiências de planejamento e infra-estrutura urbanos, associa, contraditoriamente, grande parte dos processos de deterioração do meio à condição de pobreza dos moradores.

Para o grupo pesquisado a baixa renda implica em ignorância e negligência da população quanto às condições de salubridade locais. Esta representação, por sua vez, reforça os processos de exclusão social dos quais são vítimas na medida em que os coloca em condição de inferioridade em relação a outros grupos "mais educados" e "mais civilizados", que habitam locais melhor estruturados.

Desta forma, entende-se que um primeiro passo para a reinserção social destes sujeitos seja a desconstrução desta representação, assim como a valorização dos seus talentos, recursos próprios e estratégias de sobrevivência para criar e recriar o seu espaço de vida.

Partilha-se do pressuposto de IANNI 1999, segundo o qual esses moradores de áreas periféricas são, antes de tudo, artistas que, vivendo no limiar da escassez, criam e recriam cotidianamente as suas vidas, com as próprias mãos.

Ainda que não participem da gestão do espaço e dos recursos naturais regionais, os habitantes pressionam o poder público, através das Associações de Moradores, no sentido de uma atuação mais eficiente.

Entretanto, as reivindicações daqueles moradores restringem-se apenas aos bairros pesquisados, evidenciando o desconhecimento da problemática sócio-ambiental mais ampla e a falta de participação nos processos políticos.

Outro aspecto observado foi a predominância dos interesses da metrópole de São Paulo em detrimento da vocação econômica, das tradições culturais e da herança histórica dos municípios circunvizinhos. Acredita-se que este padrão de desenvolvimento ten-

da a agravar ainda mais as desigualdades regionais além de impor a estas populações condições ambientais cada vez mais precárias.

Os desafios para o município

No município de Mairiporã e, particularmente, nos bairros de Vila São José, Vila Davi, Jardim Sandra I e II, observa-se que as práticas sociais de apropriação e gestão dos recursos naturais, sobretudo os hídricos, refletem, ao mesmo tempo, os processos históricos de interação homem-meio natural e o modelo de desenvolvimento econômico predominante nos dois últimos séculos.

Mairiporã teve o seu crescimento desenhado por São Paulo, a partir de uma 'racionalidade' econômica, que privilegiou os interesses da metrópole em detrimento do patrimônio ambiental e da herança cultural do município, descaracterizando toda uma região em razão da necessidade do aumento da capacidade hidráulica e elétrica da Região Metropolitana de São Paulo. Este processo produziu uma desestruturação econômica e social que até o momento não conseguiu ser superada pela região.

O município reduziu a uma parcela mínima as atividades agropecuárias e minerais, base da sua economia em um passado recente, para transformar-se em cidade dormitório, absorvendo a massa de trabalhadores que têm baixa remuneração e não possuem condições de permanecer nos grandes centros, em função do alto custo das moradias.

Após uma série de restrições às atividades produtivas, impostas pela Lei de Proteção aos Mananciais, a cidade vem buscando, ainda que embrionariamente, a consolidação de alternativas econômicas que garantam, paralelamente, o crescimento da arrecadação e a criação de postos de trabalho.

Já é possível identificar no município, basicamente através da mídia escrita, um discurso que faz alusão à necessidade de se estabelecer uma identidade local, baseada em um modelo de desenvolvimento que contemple a vocação econômica da região, de uma perspectiva sustentável.

Embora não exista uma política pública municipal clara de gestão dos recursos naturais locais,

é possível registrar algumas ações, as quais objetivam fortalecer a atividade econômica, reduzir os prejuízos financeiros assim como os passivos ambientais para o setor público e o privado: Dentre estas, pode-se citar:

- fornecimento de subsídios e incentivos à expansão das atividades agrícolas desenvolvidas nos moldes acima;
- criação de linhas de crédito e benefícios fiscais, objetivando a criação de novos postos de trabalho e fixação de mão-de-obra no campo;
- cadastramento dos produtores rurais visando a estruturação de suporte técnico no que se refere ao manejo adequado do solo, particularmente das áreas mais frágeis.
- investimentos privados e incentivos públicos em setores voltados ao turismo e ao lazer;
- elaboração de Programas e Projetos de conservação e recuperação ambiental em conjunto com o governo estadual e segmentos da sociedade civil, em cumprimento à lei de Proteção aos Mananciais.

Não obstante a conjuntura institucional, acredita-se que o grande desafio para o município seja o de estabelecer sua autonomia frente aos interesses da metrópole, inserindo-se como parceiro nas relações políticas sem, contudo, abrir mão da definição dos seus objetivos e prioridades.

Neste contexto, os processos de educação ambiental surgem como uma possibilidade de inserção do cidadão comum nos processos decisórios, à medida em que estabelece as bases para a reflexão crítica a respeito da crise ambiental e da responsabilidade que tem cada cidadão na gestão do espaço onde vive.

Não se trata apenas de propor a criação de uma consciência ecológica, mas prioritariamente, uma consciência crítica, voltada ao resgate ético e moral nas relações entre os seres humanos e o meio.

Acredita-se que desta perspectiva serão buscadas alternativas de desenvolvimento que minimizem os prejuízos ambientais e sociais e maximizem as potencialidades econômicas e culturais locais, assim como o capital humano.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, R. C. F.; CASTRO, A. L. O exercício da sensibilidade: pesquisa qualitativa e a saúde como qualidade. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.3, n.2, p. 172-85, 1994.
- ANDRADE, M. T. *As representações do cirurgião-dentista do serviço público municipal sobre a prevenção da cárie, e seu papel neste processo*. São Paulo: 1997. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BEYHAUT, G. Metropolização e globalização: bosques históricos e sociais. In: GADELHA, R. M. A. F. *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 17-26.
- BLANCHET, A. et al. *L'entretien dans les sciences sociales*. Paris: Dunod, 1985.
- COTRIM, B. C. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v.30, n.3, p. 285-93, 1996.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51-66.
- IANNI, A. M. Z. *Meio ambiente e saúde na periferia da metrópole*: Capela do Socorro, São Paulo. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec/ABRACO, 1992.
- PALOS, C. M. C. *Meio ambiente e saúde em Espírito Santo do Turvo-SP: um estudo das representações sociais das integrantes do movimento de mulheres*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.19-45.
- SOARES, S. M. *Práticas terapêuticas não-alopáticas no serviço público de saúde: caminhos e descaminhos*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 85-107.

Recebido em: 05/02/2003

Reapresentado em: 14/05/2003

Aprovado em: 03/06/2003